



CONGRESSO NACIONAL

VETO TOTAL

Nº 27, DE 2013

aposto ao

**Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar
(nº 200/2012-Complementar, na Câmara dos Deputados)**

(Mensagem nº 64/2013-CN – nº 301/2013, na origem)

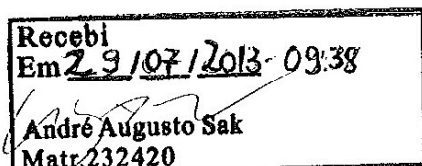
Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei Complementar nº 200, de 2012 (nº 198/07 no Senado Federal), que “Acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para estabelecer prazo para a extinção de contribuição social”.

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei complementar conforme as seguintes razões:

“A extinção da cobrança da contribuição social geraria um impacto superior a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) por ano nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contudo a proposta não está acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e da indicação das devidas medidas compensatórias, em contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal. A sanção do texto levaria à redução de investimentos em importantes programas sociais e em ações estratégicas de infraestrutura, notadamente naquelas realizadas por meio do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS. Particularmente, a medida impactaria fortemente o desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, cujos beneficiários são majoritariamente os próprios correntistas do FGTS.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.



Brasília, 24 de julho de 2013.

PROJETO VETADO:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2007-Complementar
(nº 200/2012-Complementar, na Câmara dos Deputados)**

Acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para estabelecer prazo para a extinção de contribuição social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 1º

§ 1º

§ 2º A contribuição social de que trata este artigo será cobrada até 1º de junho de 2013.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2007-Complementar
(nº 200/2012-Complementar, na Câmara dos Deputados)

EMENTA: “Acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para estabelecer prazo para a extinção de contribuição social”.

AUTOR: Senador Renato Casagrande

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 18/4/2007 – DSF de 19/4/2007

COMISSÕES:

Assuntos Econômicos

RELATORES:

- Senador Adelmir Santana
Parecer nº 2.016/2009-CAE,
favorável ao projeto, apresentando a
Emenda nº 1-CAE.

DSF de 11/11/2009

Disponível em:

([http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar
io.asp?dt=11/11/2009&p=58126&v=DSF&s=N&ns=
&nv=&nt=](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar
io.asp?dt=11/11/2009&p=58126&v=DSF&s=N&ns=
&nv=&nt=))

Constituição, Justiça e Cidadania

- Senador Romero Jucá
Parecer nº 722/2012-CCJ,
favorável, nos termos da Emenda nº
2-CCJ, e pela prejudicialidade da
Emenda nº 1-CAE.

DSF de 15/6/2012

Disponível em:

([http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar
io.asp?dt=15/06/2012&p=25941&v=DSF&s=N&ns=
&nv=&nt=](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar
io.asp?dt=15/06/2012&p=25941&v=DSF&s=N&ns=
&nv=&nt=))

Diretora

- Senador João Durval
Parecer nº 1003, de 2012-CDIR,
oferecendo a Redação Final
DSF de 8/8/2012

Disponível em:

([http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar
io.asp?dt=08/08/2012&p=39993&v=DSF&s=N&ns=
&nv=&nt=](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar
io.asp?dt=08/08/2012&p=39993&v=DSF&s=N&ns=
&nv=&nt=))

Resultado no Senado Federal:

Em 7/8/2012, aprovado o projeto, ressalvada a Emenda. Aprovada a Emenda nº 2-CCJ, ficando prejudicada a Emenda nº 1-CAE. Aprovada a redação final do projeto, constante do Parecer nº 1003, de 2012-CDIR, Relator Senador João Durval. À Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 8/8/2012

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício SF nº 1.699, de 10/08/2012

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 10/8/2012– DCD de 11/8/2012

Em 21/05/2013, a Mesa Diretora despacha a matéria à Comissão de Finanças e Tributação – CFT, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC e à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP. Em 21/05/2013, é apresentado o Requerimento nº 7.772, de 2013, subscrito por lideranças partidárias, que requer a apreciação da matéria em regime de urgência, com fulcro no art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Aprovado o requerimento. A matéria passa a ser apreciada em Ordem do Dia como item extrapauta.

Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 3/7/2013, em Plenário, aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 200 de 2012. Em consequência, ficam prejudicados o Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público ao PLP nº 378/06; a Emenda da Comissão de Finanças e Tributação; e os PLPs nºs 378/06 e 46/11, apensados. Dispensada a Redação Final da matéria, nos termos do inciso III do § 2º do art. 195 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. À sanção.

Publicação no DCD de 4/7/2013

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CD nº 16, de 4 de julho de 2013

VETO TOTAL Nº 27, DE 2013

aposto ao

**Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar
(Mensagem nº 64/2013-CN)**

Veto publicado no D.O.U. - Seção 1, de 25/7/2013

Publicado no DSF, de 02/08/2013.